

RECÔNCAVO

ISSN 2238 - 2127

APROPRIAÇÃO E NOVOS USOS PARA O ESPAÇO PÚBLICO: UMA ANÁLISE DA PRAÇA PÚBLICA “GRANITO”, NO BAIRRO DE ANCHIETA (RJ).

Everaldo Lisboa dos Santos¹Jessiane da Silva Santos Soares²

Resumo: Na contemporaneidade, as cidades ganham significados outros e o espaço adquire novos usos e funções, sendo apropriado por diferentes agentes que imprimem nele suas marcas. Neste sentido, os espaços – públicos e privados, dentre eles as praças, importante equipamento urbano –, ganham novos conteúdos e se configuram como lugar do encontro, do lazer, da troca, comércio (in)formal, da festa, dentre outros. Diante do exposto, as praças públicas, *locus* da sociabilidade e dos conflitos, desempenham novos usos, funções e se constituem como um importante elemento para a compreensão do cotidiano da cidade.

Palavras-chave: Cidades. Praças. Usos. Funções.

Abstract: In contemporary times, cities gain other meanings, and space gains new uses and is appropriated by different agents who imprint on it their marks. In this sense, spaces – public and private, among them squares, important urban equipment, gain new contents – leisure, formal and informal commerce. In view of the above, public squares, the *locus* of sociability and conflict, play new uses, functions and constitute an important element for the consolidation and understanding of the city.

Keywords: Cities. Squares. Uses. Functions.

ASPECTOS INICIAIS

Na atualidade, a cidade adquire novos significados e o espaço ganha novos conteúdos e, desta forma, as concepções pretéritas a respeito da cidade devem ser repensadas, face às novas dinâmicas presentes no espaço. Neste caminho, Santos (2008, p. 86) assevera que devemos compreender

o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. Os sistemas de objetos não funcionam e não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem conhecimentos, se os vemos separados dos sistemas de ações.

¹ Doutor em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor da Universidade Castelo Branco e da rede estadual de ensino.

² Aluna de Graduação do Curso de Geografia na Universidade Castelo Branco, *campus* Realengo.

Assim, as praças são importantes equipamentos urbanos que compõem o espaço urbano e apresentam uma pluralidade de funções e usos – *locus* de sociabilidade, do comércio (in)formal, da degradação social, dos eventos culturais e das manifestações políticas, do lazer, dentre outros. As praças, deste modo, se constituem como espaços que nos remetem às reminiscências da infância e da adolescência, posto que “qualquer um de nós tem, remotas que sejam, lembranças de uma praça onde, na infância, o balanço, a gangorra ou o escorregador faziam parte do universo da criança” (ANGELIS, 2000, p. 2).

Com efeito, as praças, espaços livres, estão presentes na cidade e se constituem como elementos atrativos e de repulsão, de segurança e insegurança da população construindo uma imagem valorativa ou desqualificada desta fração do espaço.

Isto posto, o presente artigo tem como **objetivo** analisar o processo de apropriação, os diferentes usos e a pluralidade de funções exercidas pela praça pública Granito, localizada no bairro de Anchieta, localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Nesta vertente, apresentamos os seguintes **questionamentos**: I. Quais as funções e os usos desenvolvidos por esta fração do espaço? II. Qual a relevância da Praça Granito para o bairro de Anchieta?

Este artigo, desta forma, se desenvolve, inicialmente, a partir do conceito de cidade – *locus* do consumo, da possibilidade, da produção de mercadorias e da sociabilidade, que se realiza também nas praças. Posteriormente, analisaremos as praças públicas – o seu conceito, a sua importância para a cidade, seus usos e funções, as múltiplas territorialidades, por exemplo. Por fim, abordaremos o bairro de Anchieta no contexto da cidade do Rio de Janeiro e a relevância da praça anteriormente mencionada para este bairro e também para o seu entorno.

CIDADES: UMA OBRA COMPLEXA DA SOCIEDADE

No período contemporâneo, se intensificam as transformações, desigualitárias e cada vez mais velozes, presentes nas cidades resultantes do paradigma de produção

capitalista, implicando em novos usos e funções para o espaço urbano. As novas dinâmicas da cidade estão associadas ao consumo e à transição da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial (BELL, 1973) que imprime suas marcas no espaço.

Segundo Capel (2005, p. 13), um olhar atento a respeito das cidades nos diz que

(...) están cambiando de forma muy rápida la organización social, las técnicas constructivas, los agentes que construyen y actúan sobre ella, el uso de los equipamientos, la utilización del espacio público, el papel de la calle (...) las funciones del espacio central, la estrutura de las áreas suburbanas, en las que se desarrollan nuevas polaridades (...) la extensión de la urbanización³.

A cidade, “objeto muito complexo e, por isso mesmo, muito difícil de se definir”, (SOUZA, 2007, p. 24) apresenta, então, grande complexidade conceitual e se constitui como objeto de estudo e foco de profundas discussões entre geógrafos e não-geógrafos acentuando as discordâncias e acirrando os debates acadêmicos a seu respeito.

O confronto de ideias colabora para a emergência de novas teorias e enfoques analíticos, possibilitando avanços e clarificando ideias a respeito do urbano e da cidade. A indeterminação e apropriação desses conceitos permitiu a elaboração de um mosaico de usos indiscriminados, onde uma pluralidade de olhares criou descrições e análises sobre a cidade que não mais comportam o paradigma da sociedade contemporânea.

Percepções deficientes e confusas, definições carregadas de imprecisão a respeito da realidade, culminam com o frágil discurso a respeito da cidade, onde a “explosão literária”, por vezes equivocada, não permite uma compreensão correta a seu respeito. Nesta linha de pensamento, a cidade, no entanto, é comumente confundida com o urbano. Porém, essa confusão é desnecessária, porque,

³ (...) estão mudando de forma muito rápida a organização social, as técnicas construtivas, os agentes que constroem e atuam sobre ela, o uso dos equipamentos, a utilização do espaço público, o papel da rua (...) as funções do espaço central, a estrutura das áreas suburbanas, as que se desenvolvem novas polaridades (...) a extensão da urbanização.

na realidade, há duas coisas que estão sendo confundidas gratuita e alegremente, isto é, a cidade e o urbano. O urbano é frequentemente o abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno. Não há o que confundir. Por isso, na realidade, há histórias do urbano e histórias da cidade (SANTOS, 2008b, p. 66).

A ideia de cidade, no entanto, antecede ao urbano e reflete os conteúdos e as relações, deterioradas, destruídas, construídas e reconstruídas, entre a sociedade e o espaço, produzidos historicamente. Assim, obscura e carregada de ambiguidades é a definição de cidade, cujo termo é difícil definir com precisão, se constituindo, deste modo, um desafio à análise dos geógrafos e outros cientistas sociais. No campo da Filosofia, Lefebvre (1999, p. 15) ilustra esse quadro ao condenar o uso indiscriminado desse:

com efeito, frequentemente se designa por essas palavras, “sociedade urbana”, qualquer cidade ou *cité*: a *cité* grega, a cidade oriental ou medieval, a cidade comercial ou industrial, a pequena cidade ou a megalópolis. Numa extrema confusão, esquece-se ou se coloca entre parênteses as relações sociais (as relações de produção) das quais cada tipo de urbano é solidário. Comparam-se entre si sociedades urbanas que nada têm de comparáveis.

Prossegue o referido autor (2008, p. 82), que já chamava a atenção para a cidade, frisando que

a cidade é uma obra no sentido de uma obra de arte (...) A monumentalidade é um aspecto essencial da cidade enquanto obra (...) A cidade como obra deve ser estudada sob esse duplo aspecto: monumentos diversos e emprego do tempo que eles implicam para os cidadãos e para os cidadãos.

Castells (1983, p. 42), no campo da Sociologia, apresenta importante contribuição e assevera que

a cidade é o lugar geográfico onde se instala a superestrutura político-administrativa de uma sociedade que chegou a um ponto de desenvolvimento técnico e social (natural e cultural) de tal ordem que existe uma diferenciação do produto em reprodução simples e ampliada da força de trabalho...

No âmbito da Geografia, a cidade “torna-se então, uma das principais preocupações da disciplina geográfica” (GARNIER, 1983, p. 71), ressaltando que “a produção geográfica aponta claramente o fato de que não há um único modo de pensar a cidade” (CARLOS, 2004, p. 18). Prossegue Garnier (1983, 16/17), ao destacar os avanços a respeito do conceito de cidade, onde despontam novas abordagens posto que

os geógrafos começaram por dar atenção aos aspectos concretos: o sítio, a planta, as modalidades diversificadas de utilização do solo. Depois, descobriram os habitantes: as origens, as variedades de repartição dos agrupamentos e suas características demográficas da população fizeram o objecto das suas pesquisas, que rapidamente se alargaram às atividades urbanas; descreveram então os gêneros de vida, os traços de civilização que se diferenciam geralmente do mundo rural.

A cidade, então, ganha novos objetos, se expande, altera a sua paisagem e modifica o seu conteúdo, criam-se novos hábitos, valores e práticas de consumo e de lazer que diferem da sociedade precedente. Diante do exposto, a cidade se fragmenta, se intensifica o confinamento social através da expansão das redes sociais e dos lugares que ganham novos significados, resultando em modernas morfologias que fomentam o encolhimento da sociedade e o esvaziamento dos espaços públicos.

A rua e as praças, espaços públicos⁴ presentes na cidade, se constituem, desta forma, como *locus* do medo e da insegurança, do vazio, do conflito, da troca, das atividades comerciais formais e informais, da pobreza, dentre outras, na cidade.

⁴ O espaço público pode ser compreendido como *locus* da manifestação política, estando associada à vida pública, atuante ou passiva. Segundo Gomes (2006, p. 163): “O espaço público é, antes de mais nada, o lugar, a praça, a rua, *shopping*, praia, qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa.

A “CRISE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS”: O Esvaziamento das Praças Públicas

A cidade é composta por uma pluralidade de espaços – residenciais, comerciais, industriais, edificados ou não, privados e públicos, ruas, terrenos vazios ou ocupados e praças, dentre outros, que compõem a sua paisagem. Diante do exposto, Santos (1997, p. 83) assevera que

paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é um conjunto de formas, que num dado momento expressa as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas que a vida anima.

Assim, as praças, então, compõem o cenário das cidades e o seu significado

varia de população para população, de acordo com a cultura de cada lugar. Em geral este tipo de espaço está associado à ideia de haver prioridade ao pedestre e não aos veículos como carro, ônibus, motos. As praças são elos entre os diversos espaços criados numa cidade, por isso a importância de se organizar e planejar sua estrutura (ZIMMERMANN, 2015, p. 13).

Do ponto de vista histórico, as praças sempre estiveram presentes nas cidades, desempenhando uma pluralidade de funções – econômicas, culturais, religiosas, políticas, econômicas e sociais estando, deste modo, vinculadas ao cotidiano da população em múltiplas escalas⁵ – do bairro ou de outros lugares da cidade. À luz desta temática, Santana (2015, p. 39) atesta que,

de fato, desde a Ágora grega passando pelo fórum romano e pelos espaços medievais e renascentistas, a praça pública sempre desempenhou multifunções na cidade, sendo a principal delas agregar a coletividade em atividades de lazer, comércio, debates e celebrações, além de constituir ponto para troca de informações e onde se fazia a justiça.

⁵ Segundo Castro (2005, pp. 120/121), a escala se constitui como uma problemática no âmbito da Geografia, sendo tema de reflexões e embates acadêmicos entre os geógrafos, posto que “a análise geográfica dos fenômenos requer objetivar os espaços na escala em que eles são percebidos. Este pode ser um enunciado ou um ponto de partida para considerar, de modo explícito, ou subsumido, que o fenômeno pode ser observado, articulado a uma determinada escala, ganhando um sentido particular”.

Enriquecendo este debate, Filho e Viero (2009, p. 02) asseveram que

até meados do século XVIII o projeto de praças restringia-se ao entorno dos palácios europeus, nem sempre inseridos no contexto urbano. Os espaços livres existentes nas cidades e marcados pelas aglomerações humanas estavam, em geral, relacionados à existência de mercados populares (comércio) ou ao entorno de igrejas e catedrais.

Isto posto, a praça emerge como *locus* de sociabilidade entre a população, posto que esta fração do espaço se constituía como o espaço irradiador dos fluxos da cidade e o cenário da vida urbana, pois ali estavam presentes debates sobre assuntos variados, as trocas comerciais e também das manifestações sagradas, organizadas pelas igrejas e os seus fiéis. Participando deste debate, Robba e Macedo (2002, p. 22) atestam que

a praça – até esse momento chamado de largo, terreiro e rossio – era o espaço de interação de todos os elementos da sociedade, abarcando vários estratos sociais. Era ali que a população da cidade colonial manifestava sua territorialidade, os fiéis demonstravam sua fé, os poderosos, seu poder, e os pobres, sua pobreza. Era um espaço polivalente, palco de muitas manifestações dos costumes e hábitos da população, lugar de articulação entre os diversos estratos da sociedade colonial.

Na atualidade, diante das novas dinâmicas do processo de urbanização, as praças públicas ganharam novos usos e funções, sendo apropriadas por uma pluralidade de agentes distintos.

Com efeito,

as praças, antes voltadas à animação e ao lazer, adquiriram novas funcionalidades conforme as mutações urbanas e os interesses administrativos e de gestão da cidade. Assim, ao longo da história dessas praças, as transformações sociourbanas moldaram-nas para que as mesmas assumissem, principalmente, a função de um lugar de passagem, devido ao ritmo acelerado incorporado no cotidiano dos cidadãos. De modo que, hoje, a apropriação dos espaços públicos da

cidade se efetiva de forma diferente dos tempos passados e se manifesta principalmente com a presença das classes populares que, objetivando melhores condições de vida, territorializam a maioria das praças da área central. Essas mudanças trouxeram novas formas e funções aos diferentes espaços do Centro.

As praças públicas se configuram, deste modo, como importantes espaços livres, dotados de simbologias, combinando uma série de elementos atrativos ou não, que podem potencializar a noção de identidade urbana desempenhando novas funções e ganhando usos outros.

Na contemporaneidade, observamos uma “crise do espaço público”, que se evidencia diante do esvaziamento das praças públicas face à ausência de áreas arborizadas, a precariedade do seu mobiliário – bancos e brinquedos, barulho, ao crescimento da violência e da criminalidade.

Segundo Gomes (2006, p. 176), este recuo do espaço público apresenta quatro principais processos: “a apropriação privada crescente dos espaços comuns; a progressão das identidades territoriais; o emuralhamento da vida social; e o crescimento das ilhas utópicas”, revelando um recuo no processo de sociabilidade. Estes aspectos se materializam “a partir da segunda metade do século XX, com o colapso da vida coletiva no contexto público, relegando importantes estruturas urbanas ao desuso” (SANTANA, 2015, p. 15).

Nesta vertente, o crescimento dos espaços privados ignora a comunhão do espaço social, aspecto singular da cidade, indicando a fragmentação da vida pública na cidade que se reinsere em espaços que protegem os segmentos dotados de *status* socioeconômico elevado dos menos favorecidos. Segundo Gottdiener (2010, p. 248),

de um lado, a vida cotidiana transcorre dentro do lar suburbano individual, onde estão apenas os membros da família e amigos escolhidos. De outro lado, as atividades públicas não mais se realizam num centro lúdico do povoado, com seu espaço social particular e sua urbanidade. Ocorrem cada vez mais nas grandes galerias ou em *shopping centers* sob os auspícios dos proprietários. Recentemente, alguns *shopping centers* têm acrescentado eventos culturais, numa

situação mal disfarçada da vida diária da cidade, com o intuito de atrair consumidores diários.

As recentes transformações (i)materiais presentes no espaço da cidade fomentam o confinamento espacial dos segmentos de alta renda em espaços exclusivos e excludentes indicando novos valores, hábitos e modernas formas de morar presentes no atual processo de urbanização. Souza (2013, p. 158) atesta que

as vizinhanças existem, sim; mas crescentemente (ainda que nem sempre!), de uma maneira bastante rarefeita, diluída. É comum só se “conhecer” os vizinhos de vista – inclusive os vizinhos do mesmo “condomínio fechado”, (...) sendo os contatos muito superficiais e irregulares ou esporádicos.

As novas áreas de sociabilidade se realizam em espaços privatizados – casas de festas, clubes, parques aquáticos, condomínios fechados, dentre outros, destituindo estes segmentos da interação da rua e do contato com outro, impactando no vazio dos espaços públicos e, por consequência, na crise dos “espaços públicos”. À luz desta temática, Gomes (2006, p. 183, 184) acrescenta:

o mundo chega até nós sem que precisemos sair de casa: o lazer, as necessidades de abastecimento e a comunicação social são assim cada vez mais intermediados por máquinas que permitem um deslocamento solitário e virtual (...) os edifícios, onde habitam as classes média e alta, são fechados, gradeados, guardados e vigiados; possuem às vezes o que se costuma chamar de infraestrutura: piscina, sala de ginástica e *playground*. Nos mais recentes, os andares mais baixos são ocupados por garagens, o que os afasta ainda mais do contato imediato com a rua.

Participando deste debate, Santana (2015, p. 15) afirma que,

em consequência, muitas práticas sociais que eram características desses espaços foram direcionadas a locais que favorecem maior permanência do usuário por ofertarem mais conforto e segurança, como condomínios fechados, clubes exclusivos, *shopping centers* e parques temáticos. Ou seja, quanto maiores as possibilidades de vida

coletiva e recreativa em âmbito privado, maiores as possibilidades de desvalorização dos espaços públicos.

Diante do exposto, os espaços públicos – as ruas, as praças públicas, avenidas, calçadas – abandonados e recusados como espaços de comunhão e sociabilidade da cidade, sofrem um processo de degradação física e social diante da ocupação irregular e ilegal por parte dos segmentos destituídos de renda: os mais pobres. Por consequência, estas frações do espaço se constituem como cenários onde estão presentes o medo, a mendicância, a miséria, a pobreza, a venda e o consumo de drogas, os conflitos entre gangues que disputam o território, o comércio ambulante (in)formal, a prostituição, dentre outros, que afastam as famílias destas frações dos espaços públicos.

Neste caminho, a “crise dos espaços públicos” impacta nas relações sociais dos bairros, posto que a sociabilidade se enfraquece e os vizinhos não mais se conhecem e a vida presente nos espaços públicos perde sua dinâmica. Assim, estes espaços se constituem como espaços anêmicos, onde estão presentes novos usos e funções e o “conteúdo simbólico”, reminiscências de tempos pretéritos, pois, “na praça, há o murmurinho dos velhos que vêem a juventude passar; ele está sentado ao lado deles. Os desejos agora são recordações” (CALVINO, 2003, p. 12).

APROPRIAÇÃO E NOVOS USOS PARA O ESPAÇO PÚBLICO: UMA ANÁLISE DA PRAÇA PÚBLICA “GRANITO”, NO BAIRRO DE ANCHIETA (RJ).

O bairro de Anchieta está localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro (ver Mapa 01); foi fundado em 1º de outubro de 1896, ano da construção da estação ferroviária, refletindo o processo de alongamento da cidade fomentando transformações em antigas freguesias rurais.



Mapa 01. Localização espacial do bairro de Anchieta (RJ).

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Anchieta_\(bairro_do_Rio_de_Janeiro\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Anchieta_(bairro_do_Rio_de_Janeiro))

Isto posto, a lenta expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro sofreu forte influência dos bondes e dos trens, em direção à Zona Sul ou aos subúrbios e à Baixada Fluminense (ver Figura 01), absorvendo e capturando novas áreas aos seus domínios no período posterior aos anos de 1858 quando

foi inaugurado o primeiro trecho da Estrada de Ferro Dom Pedro II, ligando a freguesia de Santana a Queimados (...) Antigas olarias, curtumes, ou mesmo núcleos rurais, passaram então a se transformar em pequenos vilarejos, e a atrair pessoas em busca de uma moradia barata, resultando daí uma elevação considerável da demanda por transporte e a consequente necessidade de aumentar o número de composições e de estações (ABREU, 1987, p. 50).



Fig. 01 - Anúncio da venda de terras em Nova Iguaçu, nos anos de 1930

Fonte: Jornal do Brasil, 04 Jun. 1938.

Neste processo, a emergência destas estações atendiam as “cidades que já existiam antes da ferrovia (mesmo que delas afastadas), ou em função de paradas cargueiras ou industriais” (VILLAÇA, 2001, p. 81). Assim, os subúrbios, produto da ação de uma pluralidade de agentes, iam, gradativamente, adquirindo novos usos e conteúdos deixando à retaguarda usos pretéritos. Participando deste debate, Lins (2010, p. 140) assevera: “No Rio de Janeiro, os subúrbios são considerados somente aqueles bairros situados às margens das ferrovias, situados na Zona Norte e Oeste da cidade. O subúrbio, assim definido, é fruto de uma segregação intraurbana”.

No entorno da estação ferroviária de Anchieta, bairro da cidade do Rio de Janeiro, há a presença de atividades terciárias – bancos, casas lotéricas, escolas e colégios, bares e restaurantes, pequenos consultórios dentários, supermercados,

comércio de miudezas, dentre outros, que atendem a população local, alojadas em casas, mal cuidadas, que remontam à primeira metade do século XX.

Essa fração do espaço, quase desconhecida da literatura urbana fluminense, caracteriza-se por apresentar uma organização feia e desordenada, com ruas sinuosas, pouco arborizadas, resultante da febre imobiliária, que retalhou terrenos originando inúmeros loteamentos desprovidos de quaisquer infraestruturas, dentre elas, áreas de lazer, refletindo, deste modo, a omissão da prefeitura da cidade.

Nesta vertente, a Praça Granito (ver Fig. 2), maior praça do subúrbio carioca, segundo depoimento dos moradores do bairro, supre parcialmente estas carências e desponta como opção de lazer, de manifestações culturais, danças, contação de histórias, *shows*, comércio e campeonatos de futebol para os moradores do bairro.



Fig. 02. Imagem aérea da Praça Granito, em Anchieta (RJ).

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Anchieta_\(bairro_do_Rio_de_Janeiro\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Anchieta_(bairro_do_Rio_de_Janeiro))

A praça em destaque atrai moradores dos bairros Ricardo de Albuquerque, Parque Anchieta e Olinda, que também frequentam outros espaços de consumo e lazer, dentre eles, os *shopping centers*⁶, localizados em Guadalupe e em Bangu, por exemplo. Isto posto, a expansão dos condomínios fechados e à *shoppingnização* em bairros do subúrbio ou nos municípios localizados no entorno do bairro na Baixada Fluminense a partir dos anos 1980 impactam no esvaziamento destas frações do espaço acirrando a “crise dos espaços públicos”.

A praça possui um aspecto bem arborizado com diversas árvores, dentre elas: Pau Ferro, Amendoeiras, Pata de Vaca, Jaqueira, Mangueira, Palmeiras Avenca, dentre outras, se constituindo como *locus* de recanto para diversas aves. Este espaço possui pista de *skate*, quadra poliesportiva, campo de futebol, onde são realizados campeonatos de futebol atraindo clubes de futebol amador de várias localidades, brinquedos para crianças (ver Fig. 03), quiosque para jogos – dominó, carteador, dama e equipamentos para atividades de condicionamento físico, propiciando, portanto, múltiplos usos para distintas faixas etárias.

⁶ Estes espaços se constituem como *locus* de lazer, consumo, trabalho e entretenimento dos segmentos de classe média e alta do bairro e que modificam a paisagem das cidades. Assim, a construção destes espaços implica, por consequência, na destruição da sociabilidade, singularidade da cidade, e reduz o contato com os indesejáveis, transforma os usos das ruas e praças, lugar de moradia dos sem-tetos.



Fig. 03. Área de lazer destinada às crianças na Praça Granito.

Fonte: Jessiane Soares. Julho 2017.

No contexto da cidade, a praça pública apresenta uma pluralidade de usos para os seus frequentadores. Para alguns, ela se constitui como o lugar da busca de renda, do *happy hour*, da refeição e para outros, era o lugar de contemplação da vida, do entretenimento, da sociabilidade, do ócio e do lazer. Participando deste debate, Borges (2001, p. 86) atesta:

as pessoas usam as praças do centro, hoje, pelos motivos mais distintos: compra e venda de carro, pegar o transporte coletivo, beber uma cerveja, tomar um café ou fazer um lanche, oferecer serviço de diarista (pedreiro, pintor, eletricista e encanador).

No caso específico da Praça Granito, segundo relatos dos entrevistados, estes não abrem mão de frequentar a praça, sempre acompanhados de esposos, namorados, filhos, amigos e *pets*, para realizar pequenas refeições nos quiosques, nos bares e restaurantes localizados no entorno da praça. Nos depoimentos de frequentadores desta praça, é possível observar dois momentos distintos. Num primeiro momento se evoca as reminiscências da infância, a tranquilidade, o espaço

arborizado, o canto dos pássaros, o silêncio e o “barulho das crianças” brincando. Na atualidade, a insegurança, os usuários de drogas, o acúmulo de lixo e a depredação do mobiliário da praça, no entanto, se constituem como problemas que afugentam a população local desta fração do espaço (ver Fig. 04).



Fig. 4. Acúmulo de lixo nos arredores da Praça Granito.

Fonte: Jessiane Soares. Julho 2017.

Por fim, a Praça Granito se constitui como uma importante centralidade presente no bairro de Anchieta, evidenciada através dos depoimentos dos moradores e frequentadores desta fração do espaço, sendo o lugar das trocas (i) materiais, de renda, do lazer, da dança e da leitura, dentre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade se intensificam as transformações presentes na cidade, implicando em novos usos e funções para o espaço urbano face às novas dinâmicas da sociedade, que nele imprime suas marcas.

Durante o processo de evolução das cidades, as praças públicas, que anteriormente se destacavam como lugares animados, atualmente se constituem em espaços vazios, do medo, da insegurança e lugares de passagem.

Assim, a emergência de novos valores urbanos associados às novas formas de lazer, de morar e de consumo – as casas de festas, condomínios fechados e *shopping centers* –, repercutem no recrudescimento da sociabilidade, aspecto comum às cidades, intensificando a “crise dos espaços públicos”.

A Praça Granito, no entanto, se constitui como lugar da sociabilidade, da reunião de amigos que residem no bairro, de atividades esportivas, manifestações culturais, dentre outros, que potencializam diferentes usos e funções, indicando a vitalidade desta fração do espaço.

Este aspecto se evidencia através de relatos e depoimentos que informam que a “praça é o recanto dos pássaros”, “é o lugar do jogo”, “de reencontrar velhas amizades”, “lugar do trabalho”, dentre outros, em diferentes horários, que dão uma nova dinâmica à Praça Granito, indicando distintos usos para este espaço público.

Estes usos dinamizam a praça e o seu entorno, pois há estabelecimentos destinados ao setor gastronômico – bares, restaurantes, lanchonetes e pizzarias – atraindo diferentes segmentos de renda que movimentam a economia local, gerando empregos e ampliando o sentimento de segurança.

Alguns elementos – arborização, as relações de amizade tecidas no bairro e o mobiliário destinado às atividades físicas –, se constituem como fatores atrativos da população do bairro e também do seu entorno.

A degradação social, a pobreza, o consumo e a presença de usuários de drogas, o acúmulo de lixo na praça e nas ruas do entorno, por outro lado, afastam os frequentadores deste espaço e limitam a presença de outros visitantes, empurrando-os para os espaços exclusivos e excludentes, as praças de alimentação ambientadas nos espaços purificados dos *shoppings centers* “transformados em domínios privatizados, destituídos da interação da rua (...) e uso limitado do espaço público” (GOTTDIENER, 2010, p. 272). Mencionamos ainda que a ausência de acessibilidade

destinada aos indivíduos com necessidades especiais se configura como um problema verbalizado pelos que frequentam a praça.

Diante do exposto, a percepção dos moradores, que destacam os aspectos valorativos desta praça, praça de skate, áreas sombreadas, quiosques, por exemplo, repercute no cotidiano do bairro, atraindo investimentos outros, públicos e privados, auxiliando no zelo pelo bairro.

Por fim, ressaltamos que os resultados obtidos através dos depoimentos e relatos dos moradores e entrevistados, associados à literatura a respeito da cidade e da temática das praças, evidenciam a importância deste espaço público para a vida cotidiana e também para a dinâmica da cidade que se caracteriza pela comunhão do espaço público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABREU, Maurício de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 1987.
- ANGELIS, B. L. D. de & ANGELIS NETO, G. de. *Os elementos de desenho das praças de Maringá-PR*. Acta Scientiarum, v. 22 (5), pp. 1445-1454, 2000.
- BORGES, Evaldo do Nascimento. *As praças públicas no centro de Ilhéus-BA: usos, funções e conflitos sociais*. Dissertação de Mestrado. Campinas, 2011.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Rio de Janeiro: O Globo, 2003.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CORRÊA et alii. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingues et al. *Praças: História, Usos e Funções*. Editora da Universidade de Maringá - Fundamentum (15), 2005.
- FILHO, Luiz Carlos Barbosa; VIERO, Verônica Crestani. *Praças Públicas: origem, conceitos e funções*. Jornal de Pesquisa e Extensão. ULBRA, 2009.
- GARNIER, J. B. *Geografia Urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983. pp. 13-29.

GOMES, Paulo César da Costa. *A Condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

Jornal do Brasil. Terras que valerão ouro! Rio de Janeiro, 04 de Junho de 1938.

LINS, Antônio J. P. S. Ferrovias e segregação espacial no subúrbio: Quintino Bocaiúva, Rio de Janeiro. In: Fernandes, Nelson da N. et al. *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj: EdUFF, 2010.

MACEDO, S. S.; ROBBA, F. *Praças brasileiras*. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTANA, Trícia Caroline da Silva. *Uma reflexão sobre a vitalidade urbana das praças de Natal/RN*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal (RN), 2015.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do Homem*. São Paulo: EDUSP, 1997.

_____. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

Silva, Elizete Américo. *Espaços públicos e territorialidades: as praças do Ferreira, José de Alencar e o Passeio Público/Elizete Américo Silva*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

ZIMMERMANN, Carolina. *A Praça: Um espaço de Lazer*. Monografia de Graduação. UNIJUÍ - Campus Santa Rosa (RS), 2015.

Recebido em 03/01/2018
Aprovado em 21/03/2018